

## NATUREZA E ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE NATURE ET TRAVAIL ACADEMIQUE SPÉCIFICITÉ

Keides Batista Vicente

UEG

Vitor Hugo Abranche de Oliveira

UEG

**Resumo:** O texto apresenta um debate bibliográfico sobre a Natureza e especificidade do trabalho docente. Em um primeiro momento busca-se identificar as concepções sobre o tema e o tratamento teórico desenvolvido por pesquisadores como Hypolito (1997), Tumolo & Fontana (2008), Fernández Enguita (1991), Paro (2000) e Saviani (2013). Expõe-se o conceito de trabalho para compreendermos o tratamento teórico dos autores e suas implicações nas pesquisas sobre formação e profissionalização docente. Por fim, apresenta-se as inquietações e incongruências da concepção de trabalho docente.

**Palavras-chave:** Trabalho, Docente, Profissão.

**Résumé:** Cet article présente un débat bibliographique sur la nature et la spécificité de l'enseignement. Au début, cherche à identifier des vues sur le sujet et le traitement théorique développé par les chercheurs comme Hypolito (1997), Tumolo & Fontana (2008), Fernández Enguita (1991), Paro (2000) et Saviani (2013). le concept de travail est exposé à comprendre le traitement théorique des auteurs et de leurs implications pour la recherche sur l'éducation et la professionnalisation enseignant. Présente Enfin, les préoccupations et les incohérences de la conception de l'enseignement.

**Mots-clés:** Travail. Enseignement. Profession.

### Introdução

Pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação e apresentadas na reunião da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – apontam uma crise de identidade entre os docentes que reflete na relação de bem-estar e de mal-estar na atuação e saúde desses grupos de pessoas. Esses trabalhos científicos buscam auxiliar na compreensão dos fatores que permeiam uma ideia de crise do profissional da educação em uma tentativa de diálogo teórico sobre as principais características e especificidades do trabalho docente.

Buscamos nesse momento compreender, por meio do debate bibliográfico, a Natureza e a especificidade do trabalho docente. Com esse objetivo apresentaremos as inquietações de um grupo de pesquisadores como Hypolito (1997), Tumolo & Fontana (2008), Fernández Enguita (1991), Paro (2000) e Saviani (2013) sobre o tema, suas principais interpretações e conclusões. Acreditamos que ao final do trabalho será possível elaborar um posicionamento teórico e crítico sobre a proposta aqui apresentada.

### Precarização do trabalho docente e o distanciamento da profissionalização

Iniciamos nosso debate com as considerações de Tumolo & Fontana (2008) que identificam o final da década de 1970 como marco inicial das pesquisas sobre o trabalho docente e sua relação com as categorias profissionais, nesse momento os temas centrais das pesquisas eram norteados pela organização do trabalho docente e gestão escolar. Segundo os autores, as temáticas apresentadas possibilitaram discussões sobre a organização escolar e a feminização do magistério, profissionalização e a proletarianização docente.

Os autores apresentam um levantamento das produções acadêmicas desenvolvidas na década de 1990 com o tema trabalho docente. Em um primeiro momento são agrupados um total de 120 textos, destes são selecionadas 39 publicações entre teses (03), dissertações (15), artigos em revistas especializadas em educação (11) e livros (09). Nessa produção acadêmica pesquisada, o conceito de profissionalização está vinculada ao próprio processo dessa profissionalização.. Para Tumolo; Fontana (2008) os autores das produções acadêmicas identificam a proletarianização como um processo antagônico à profissionalização docente. Assim,

[...] é possível constatar que a proletarização é percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor. Ao contrário da proletarização, a profissionalização é afirmada como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhos como profissionais (TUMOLO; FONTANA, 2008 p.164).

Entre os problemas apontados por Tumolo; Fontana (2008) nas produções acadêmicas desenvolvidas na década de 1990, destacam-se as abordagens sobre trabalho produtivo e proletarização docente, sendo que estas categorias são apresentadas de forma díspares e mesmo divergentes. Essas abordagens são justificadas, segundo os autores, pelos referenciais teóricos utilizados, e pelo distanciamento do referencial e categorias marxistas para compreender as especificidades do trabalho docente.

Após apresentar essa ausência teórica pautada nas categorias marxistas os autores acima citados recorrem a Marx para compreender o conceito de trabalho. Assim, partem da concepção do trabalho produtivo compreendido como o que produz mais-valia e capital, desta forma o trabalho produtivo é inerente a relação de produção capitalista. Concluem que a base conceitual apresentada permite apreender “o trabalho docente, tanto do ponto de vista do processo de trabalho como, sobretudo, da perspectiva das relações sociais de produção e do processo de produção capitalista” (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167).

Os trabalhos analisados, segundo os autores, partem praticamente de uma compreensão com base nos estudos de Fernández Enguita (1991), especificamente o debate sobre a natureza do trabalho docente compreendido na distinção entre profissionais e proletários. A característica dos primeiros perpassa, principalmente, pela autonomia e controle do processo de trabalho, mesmo com imposições das relações de trabalho, já os segundos são os que não detêm os meios de produção e o controle sobre os meios, os objetivos e os processos de trabalho.

Essa recorrência teórica encontrada e citada por Tumolo; Fontana (2008) nas pesquisas realizadas após a década de 1990, são caracterizadas por Fernández Enguita (1991) em um conflito visível na definição social e ocupacional dos docentes. Essa constatação é verificada principalmente no que se refere à competência e organização do trabalho docente, Fernández Enguita (1991) usa o exemplo da desvalorização salarial como uma questão visível dentro de um amplo quadro de dilemas e polêmicas.

Ao analisar o trabalho docente, Fernández Enguita (1991) caracteriza essa categoria de trabalhadores como *semiprofissionais*, isto é, intermediário entre a profissionalização e proletarização. Este conceito justifica-se, principalmente, pela redução da autonomia docente no processo educacional e a diminuição da participação do professor na realização do seu processo de trabalho.

Torna-se necessária a compreensão dos conceitos apresentados por Fernández Enguita (1991). Para esse autor o conteúdo do termo *Profissionalização*

[...] não se emprega aqui como sinônimo de qualificação, conhecimento, capacidade, formação e outros traços associados, mas como expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações sociais de produção e de processo de trabalho. (ENGUITA, 1991, p. 163).

O autor complementa sua teoria ao apresentar as características de um grupo profissional, inicia o argumento ao classificar como uma categoria autorregulada de pessoas que desempenham atividades diretamente para o mercado, em uma relação de privilégio monopolista, isto é, só eles podem oferecer bens e serviços específicos protegidos por lei.

Outra característica apresentada pelo autor é a autonomia dos profissionais no processo de

trabalho, com regulamentação própria que delimita o campo de atuação e normas de atuação. Ao definir essas regulamentações através de um órgão de fiscalização essa atuação profissional não está sujeita ao poder público. Por fim, esse grupo, mesmo desempenhando atividades assalariadas no setor público é reconhecido pela força corporativista, processo de trabalho autônomo, privilégios no que se refere ao prestígio, renda e claro, poder.

Em lado oposto Fernández Enguita (1991) apresenta o conceito de proletarização. O operário é o trabalhador que não tem acesso à propriedade dos meios de produção, não lhe é possível controlar o objeto e o processo de trabalho, enfim, foi privado da autonomia da sua atividade produtiva.

Para o autor entre essas duas explicações para a classe de trabalhadores apresentadas está a denominada como *semiprofissões* que carrega características de ambos os extremos. As *semiprofissões* são constituídas por trabalhadores assalariados provenientes das burocracias públicas, outra característica desses trabalhadores é a formação que pode ser comparada aos profissionais liberais.

Desse modo, esses grupos estão submetidos às autoridades dos empregadores, porém, buscam manter e ampliar a autonomia do processo de trabalho, as vantagens referentes à distribuição de renda, prestígio e poder. Para Fernández Enguita (1991) os professores são considerados como parte destes grupos.

Enguita (1991) constrói sua tese sobre o trabalho docente como semiprofissionais e apresenta as incompatibilidades das características e das atividades realizadas pelos professores às de um profissional com base em cinco características. A primeira é denominada *Competência*: mesmo o professor tendo uma competência oficial reconhecida através da formação universitária, o trabalho realizado sofre interferências e julgamentos por pessoas que não fazem parte do grupo profissional, pois a educação é considerada como um espaço no qual as pessoas podem opinar e mesmo interferir. Para o autor essas características da docência carecem de um jargão específico e não o termo apresentado.

*Vocação*: o termo empregado no capitalismo torna-se inviável à prática docente. Segundo o autor, mesmo com salários baixos e desvalorizados o docente recebe um salário, isto é, mediado por um debate referente à adequação ou não do valor pago ao trabalho realizado.

*Licença*: o campo de atuação do docente é demarcado parcialmente. Legalmente não existe impedimento para o ensino informal ser realizado por pessoas não qualificadas, o que não é possível em outras áreas como a medicina, por exemplo.

*Independência*: os professores, no que se refere à organização do trabalho com o público, são parcialmente autônomos, são submetidos aos diretores e possuem competências exclusivas, mesmo tendo o reconhecimento formal o direito a participação na gestão escolar.

*Autorregulação*: o autor aponta a necessidade dos docentes de possuírem um código ético, como em outras profissões, com mecanismos próprios para julgar os membros e resolver os conflitos inerentes ao cargo.

Na sequência, Fernández Enguita (1991) apresenta a segunda consideração sobre o trabalho do professor, a comparação do docente como trabalhador proletarizado. O proletário é compreendido como a pessoa que é obrigada a vender sua força de trabalho, isto é, sua capacidade de trabalho e não o resultado dele. É considerado como o trabalhador que perdeu o controle sobre o meio do trabalho, bem como o objetivo e o processo.

O docente, trabalhador da rede pública ou privada, é assalariado. Produz, no setor público o sobretrabalho e, no privado, a mais valia. Associada a essa característica está a determinação dos conteúdos a serem ensinados, o tempo a ser dedicado a essa atividade e os resultados a serem alcançados. Essas regulamentações, segundo o autor, levam o professor a perder a autonomia e controle do seu processo de trabalho. Essa situação do docente desqualifica o seu posto de trabalho e limita as decisões.

De acordo com as características dos conceitos *profissionalização* e *proletarização* Fernández Enguita (1991) reafirma a ambivalência do trabalho docente, visto que carrega características dos grupos profissionais e da classe operária. O autor então conclui “[...] a categoria dos docentes move-se mais ou menos em um lugar intermediário e contraditório entre dois polos da organização do trabalho e da posição do trabalhador, isto é, no lugar das semiprofissões [...]” (ENGUITA, 1991,

p.172)

Na busca pela compreensão sobre a Natureza do trabalho docente Hypolito (1997) problematiza a caracterização desse trabalhador da educação como profissional ou proletário do ensino. Como justificativa para a realização da pesquisa o autor apresenta sua experiência como professor atuante na escola pública em um momento que ele considera rico em mobilizações e processos de organização político-sindical dos professores, isto é, final da década de 1970.

Como característica específica do trabalho de Hypolito (1997) esse recorte temporal apresenta o momento que os movimentos grevistas e as manifestações contaram com o apoio da sociedade civil, o professor assume a imagem de protagonista no cenário político do período. O autor debruça sua análise sobre as produções científicas da área da educação, interpreta os processos históricos de constituição do professorado e suas conexões com as relações de classe e gênero.

Hypolito (1997) propõe analisar o processo de trabalho docente considerando a organização do trabalho escolar, pois considera que

O profissional do ensino, no decorrer do processo de construção e consolidação de uma instituição da sociedade especialmente dedicada à educação sistematizada, viu-se submetido a várias formas de estrutura e organização escolar. (p. 17).

Para o autor, com o afastamento da atividade de ensinar da Igreja, que ocorre com a proclamação da República, sua execução por leigos e a influência do ideário liberal desperta nos professores a preocupação com a formação técnico-profissional que atendesse as demandas do ensino básico público. Com esse posicionamento a concepção político-religiosa, conservadora e autoritária do magistério como vocação/sacerdócio passa a ser questionada e revista.

Junto a essa constatação, Hypolito (1997) apresenta a relação entre a organização do sistema escolar com processo para a realização do controle do trabalhador docente. Assim, afirma:

[...] com o tempo, a lógica gerencial-capitalista do trabalho, buscando atender ao duplo objetivo de, ao mesmo tempo, controlar o sistema escolar e o trabalho docente e formar trabalhadores dentro de uma lógica de disciplinamento que atendesse às demandas do mundo do trabalho [...] (p.34).

Para compreender o trabalho docente, Paro (2000) busca o conceito de trabalho com base em Marx, ao defini-lo como “uma atividade adequada a um fim”, característica essencial ao homem, o que o define, identifica e que o diferencia da natureza. O objeto do trabalho é a própria matéria que se destina o trabalho humano, que é transformado no processo do trabalho e incorporado ao produto final. Desta forma, para a produção social da existência do homem por meio do trabalho, deverá produzir além do que é necessário para sua subsistência, isto é, a manutenção da sua força de trabalho.

O trabalho pedagógico, interesse nesse momento, deve ser compreendido, segundo Paro (2000), como um trabalho não material, seu produto é um serviço e não um produto final. Este trabalho é situado na sociedade capitalista a partir da natureza do trabalho. Ainda tendo como referência a compreensão de Marx, o autor aponta dois tipos de trabalho não material, o primeiro como essencial não material assume corporeidade para compor o mercado capitalista, cita o exemplo do livro, o segundo a produção e o consumo são constituídos juntos, como o caso do professor em sala de aula.

Nessa compreensão proposta por Marx, Paro (2000) cita grupos de autores que teorizam sobre a especificidade da educação escolar. De um lado, entre esses autores está Saviani (2013) ao compreender a especificidade da educação escolar na aproximação da produção e consumo e na subordinação, no processo de produção pedagógico, do trabalho ao capital. Por outro lado, Paro (2000) apresenta um grupo de autores que se opõem à concepção de Saviani, cita Arroyo (s/d), Sá (s/d) e Mazzota (s/d), estes partem da concepção que o capitalismo está na escola, isto é, que na

escola pública, assim como a particular, o trabalho está subordinado ao capital.

Paro (2000) se aproxima das considerações de Saviani (2013), essencialmente quando o autor analisa a atividade de ensino como um resultado do produto escolar que não é possível ser dissociado do seu consumo pelos alunos. No entanto, a proposta de Paro é mais abrangente ao se referir à análise da natureza do processo pedagógico compreendido como trabalho humano.

No ensino privado a aula é compreendida como mercadoria, é o serviço prestado pela instituição escolar e que é passível de avaliação. Porém, aponta o autor, a aula não é o produto do trabalho, mas sim o trabalho pedagógico. Neste olhar Paro (2000) volta-se para as interpretações de Gramsci sobre a concepção de educação como relação social entre sujeitos que possuem condições iguais no domínio da sociedade civil.

Com base nessa análise Paro (2000) considera que a interpretação proposta por Saviani (2013) é mais complexa. Ao partirmos da compreensão que a educação é a apropriação de saber produzido historicamente a escola é uma entre várias instâncias que promove a educação, assim, o ato de aprender não pode ser considerado como produto final. Nestes aspectos, o aluno não é apenas consumidor do conhecimento e, sim, objeto do trabalho e do processo pedagógico, o resultado nesse processo não é de natureza material, é visualizado na vida do educando, nas atitudes, valores, habilidades, técnicas, apropriação do conhecimento, entre outras.

A interpretação sobre a subordinação radical do trabalho pedagógico pelo modo de produção capitalista para Paro (2000) descaracteriza o processo pedagógico compreendido como relação social. Essa constatação é apresentada na apropriação do saber pelo capital, desqualificando o trabalhador, o que na educação é perceptível nos métodos e técnicas de ensino, na produção material do conhecimento como a produção de livros que estabelece seu ritmo e seus atos no trabalho, pode ser concebido por uns e executado por outros, ser concebido em um momento e executado também em outro.

O autor continua sua percepção sobre o trabalho pedagógico e sua relação com o saber que ele conceitua como saber *que se passa*, isto é, o saber historicamente produzido e apropriado pelo educando. Paro (2000) acrescenta que esse saber com suas características no trabalho pedagógico é que impõe a generalização do trabalho capitalista na escola.

Ao voltar em Marx o autor apresenta uma característica do trabalho pedagógico que não está associado à natureza do seu conteúdo mas a forma social que assume na sociedade. Sua análise parte inicialmente da apresentação do trabalho do professor que na escola privada produz mais-valia para o proprietário da escola e na escola pública o trabalho é considerado não produtivo visto que o ensino para o Estado não visa lucro e, sim, busca de forma econômica atender as pressões legais e da população.

Deste modo, os professores que atuam na escola pública não dispõem das mesmas vantagens que outros trabalhadores no que se refere às manifestações como greve na busca por respeito a direitos ou conquistas trabalhistas. Paro (2000) apresenta que os interesses dos professores devem estar além do âmbito econômico – corporativo, é necessário um nível de consciência e de prática política com articulações com os usuários da escola pública, que apresentem a necessidade das melhorias da qualidade do ensino.

Saviani (2013) apresenta o trabalho como uma atividade adequada a finalidades, uma ação intencional, na relação do homem com a natureza ele retira sua subsistência elaborando um mundo humano, isto é, o mundo da cultura. A educação é compreendida então como um fenômeno próprio dos seres humanos, visto que, ela é uma exigência do e para o processo de trabalho, e um processo de trabalho. Desta forma, a educação é considerada em uma categoria de trabalho não material.

Com essa compreensão sobre a educação, o trabalho educativo para Saviani (2013) "...é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (p.13). A escola é compreendida como o espaço do conhecimento elaborado, isto é, da ciência, em que o produto não se separa do ato de produção do trabalho não material.

## Considerações finais

O objetivo do trabalho era refletir sobre a Natureza e as especificidades do trabalho docente com base em um aporte teórico apresentado por pesquisadores como Hypolito (1997), Tumolo &

Fontana (2008), Fernández Enguita (1991), Paro (2000) e Saviani (2013). Os autores contribuíram com essa reflexão ao apresentarem conceitos como profissional/proletário, ampliando a compreensão do mundo do trabalho mas ao mesmo tempo mostrando que a profissão docente localiza-se em pontos de intersecção entre essas duas definições, mas pode representar uma nova possibilidade de pensamento sobre a profissão, pois não é autônoma como profissão nem dependente como proletário.

Essas inquietações sobre a identidade do profissional docente no mundo do trabalho tendem a reafirmar a relação entre bem e mal-estar na realização do trabalho que reflete diretamente na saúde desse trabalhador. O docente não é reconhecido como uma profissional e sim um semiprofissional, pois está “enquadrado” em uma concepção funcionalista das profissões, como afirmou Enguita (1991).

Mesmo com competência oficial exigida por lei com graduação, pós-graduação e cursos de atualização, o docente recebe as interferências por parte dos pares no espaço de trabalho, dos pais e alunos, e de políticas educacionais elaboradas com base em interesses de grupos governamentais e que quase nunca consulta a necessidade dos professores e sua compreensão da realidade educacional.

Para justificar a fragilização docente alguns conceitos são reafirmados no discurso da sociedade e de governos, como é o caso da “vocação” e não profissionalização.

A atividade desempenhada na docência é caracterizada como uma ação vocacional e feminina, associada assim a uma visão maternal e religiosa. Esse olhar impede uma compreensão e adequação da docência como uma profissão de livre escolha, isto é, um padrão de adequação para ser professor, como exemplo o conceito de “dom” empregado ao justificar a atuação positiva de um docente, e a atuação de mulheres na educação infantil. Com isso também ocorre a desvalorização salarial e a realização de trabalho sem remuneração, como a elaboração de atividades “extraclasse”, planejamento e correções de atividades, atendimento aos pais em horário não previsto, atividades burocráticas na escola, entre outras.

O docente então produz sobretrabalho no setor público e mais valia no setor privado, e nessa relação esse trabalhador perde a autonomia e controle do seu processo de trabalho, o resultado é a desqualificação do seu espaço e processo de trabalho, e o mais grave a limitação das decisões sobre sua atuação e consciência da sua situação como trabalhador destituído de direitos. O mal estar do trabalho docente materializa-se então nas suas limitações impostas a sua ação docente, o que em muitos casos produz a apatia, adoecimento e mesmo fuga da profissão.

Tal observação nos preocupa bastante pois nos remete ao conceito de “vocação” desenvolvido por Max Weber (2001[1904-1905]) em sua análise da revalorização positiva do trabalho e profunda crítica ao capitalismo. Para Weber, o capitalismo, em seu desenvolvimento ao lado do protestantismo, se apropriou do conceito de vocação para fazer com que o trabalhador exerça sua função acreditando que “nasceu para aquilo”, ou seja, que recebeu uma graça divina que o predeterminou a seguir aquele caminho e, portanto, realizar aquele trabalho seria não apenas uma maneira de localizar-se no mundo, mas de seguir os preceitos dos planos divinos.

Nas palavras de Weber a relação entre trabalho e vocação acabou desencadeando na:

[...] valorização do cumprimento do dever nos afazeres seculares como a mais elevada forma que a atividade ética do indivíduo pudesse assumir. E foi o que trouxe inevitavelmente um significado religioso às atividades seculares do dia-a-dia e fixou de início o significado de vocação como tal. O conceito de vocação foi, pois, introduzido no dogma central de todas as denominações protestantes e descartado pela divisão católica de preceitos éticos em *praecepta* e *consilia*. O único modo de vida aceitável por Deus não estava na superação da moralidade mundana, pelo ascetismo monástico, mas unicamente no cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Essa era sua vocação.

[...] trabalhar dentro da vocação se lhe afigurou como a expressão externa do amor fraternal. Isso ele prova com a

observação de que a divisão do trabalho força o indivíduo a trabalhar para os outros, embora seu ponto de vista seja muito ingênuo, em gritante contraste com as posições bem conhecidas de Adam Smith sobre o mesmo tema. Contudo, essa justificativa, evidentemente escolástica em sua essência, logo desapareceu, restando, cada vez com maior ênfase, a afirmação de que o cumprimento dos deveres mundanos é, em todas as circunstâncias, o único modo de vida aceitável por Deus. Ele, e somente ele, representa a vontade de Deus, e por isso qualquer vocação legítima tem exatamente o mesmo valor aos olhos de Deus. (2001[1904-1905], p. 70).

Apesar da crítica de Weber estar voltada para a valorização positiva do trabalho sem especificar uma profissão, mas se referindo ao trabalho como conjunto de atribuições e obrigações que localizam o trabalhador no mundo, é interessante percebermos o quanto o senso comum atribui o valor de “dom”, “vocação”, “sacerdócio” especificamente aos docentes. Se, por um lado, esse tipo de consideração intenciona-se um elogio, na crítica que procuramos empreender nesse trabalho ela aparece como um perigoso sinal da desprofissionalização e, como consequência, precarização e despolitização da docência.

Percebe-se, então, que a desprofissionalização docente, motivo da preocupação dos autores que procuramos inter-relacionar nesse trabalho, apoia-se no conceito de vocação não por acaso. Entende-se aqui que a desprofissionalização da docência é intrínseca à estrutura do capitalismo não apenas para a fragilização do professor, mas para que, ingenuamente, ele aceite que recebeu uma dádiva, um talento e que, seguir essa profissão apenas faz jus a essa aptidão.

A preocupação central desse trabalho é, portanto, o problema desencadeado do discurso de que o professor tem um “dom natural” para dar aula, pois essa ideia acaba levando a docência para o grau de “sacerdócio”. Acreditando que tem o “dom”, que recebeu uma dádiva, ou seja, que é predestinado, que nasceu para isso, o docente acaba desprofissionalizando-se e, pior, se tornando preso e escravo da sua própria profissão.

## Referências

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria e Educação*, n.4, “Dossiê: interpretando o trabalho docente”, p. 41-61, Porto Alegre, 1991.

HYPOLITO, Álvaro L. M. **Trabalho docente, classe social e gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (p. 11-20).

TUMOLO, Paulo S; FONTANA, Klalter B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. 2008.

PARO, Vitor. A natureza do trabalho pedagógico. In: PARO, VITOR. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2001 [1904-1905].

Recebido em 25 de novembro de 2016.

Aprovado em 28 de novembro de 2016.